

Auxílios “indevidos” somam R\$ 42 bi

TCU determinou que Ministério da Cidadania revise mensalmente condição dos beneficiários da ajuda emergencial de R\$ 600 mensais

DE BRASÍLIA

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas apontou indícios de que os pagamentos indevidos do auxílio emergencial totalizem R\$ 42 bilhões, valor bem próximo que o governo gasta um mês com o benefício de R\$ 600, por volta de R\$ 50 bilhões.

Segundo Dantas, dos R\$ 42 bilhões sob suspeita, R\$ 1,460 bilhão já foram constatados e R\$ 104 milhões devolvidos aos cofres públicos até o começo do mês.

Dantas, ministro responsável pelo terceiro relatório de acompanhamento do TCU em relação ao auxílio emergencial, cerca de 1,31 milhão de pessoas foram excluídas do programa.

Com base nesses dados, o TCU determinou que o Ministério da Cidadania passe a reavaliar mensalmente a condição dos beneficiários do auxílio – trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desemprega-

MISÉRIA

Estudo do professor Marcelo Neri, da FGV, mostra que o auxílio emergencial ajudou a tirar 13,1 milhões da pobreza. Segundo ele, a continuidade desse resultado vai depender do próprio governo.

dos afetados pela crise decorrente da pandemia.

Proposta por Dantas, a medida visa evitar o pagamento mensal de R\$ 600 a R\$ 1.200 (no caso das mães chefes de família) para quem deixar de precisar do benefício ou descumprir os pré-requisitos legais, como o que limita a concessão do benefício a dois beneficiários por família.

“É importante que o governo verifique se os beneficiários que, em março, preenchiam os requisitos para recebimento do benefício, permanecem nas mesmas condições de vulnerabilidade”, apontou Dantas em seu voto na sessão do TCU. (Agência Brasil)

DENNER DVIDIO/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO - 29/4/20



Recursos indevidos equivalem a quase um mês do auxílio pago no País

Ministro sugere cortar quem achou emprego

Segundo dados oficiais, 2 milhões de trabalhadores conseguiram se reinserir no mercado de trabalho desde o início da pandemia. “Este contingente, é claro, não mais precisa do auxílio emergencial”, diz o ministro do TCU, Bruno Dantas.

O ministro afirma estar ciente dos custos de reprocessar, mensalmente, os dados relativos a mais de 66 milhões de beneficiários, mas argumentou que, frente à possibilidade de se evitar fraudes, “os benefícios financeiros e moral justificam tal medida”.

Dantas determinou que, após nova análise dos dados, sejam excluídos os beneficiários que possuam emprego formal ou que sejam titulares de outros benefícios federais de nature-

za previdenciária, assistencial ou trabalhista.

De acordo com o ministro, o governo já desembolsou R\$ 167,610 bilhões para o auxílio – 66% dos R\$ 254 bilhões de créditos extraordinários que o Congresso abriu em favor do Tesouro Nacional.

ENDIVIDAMENTO

Dantas também destacou que, dos R\$ 254 bilhões, R\$ 130 bilhões impactam diretamente a dívida bruta do Governo Geral (débitos de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais).

“É importante que o Ministério da Economia elabore estimativas do impacto dos juros que incidirão sobre o aumento do endividamento público. (EC)